

biográfico para conceitos já elaborados; ela participa de conceituações e re-conceituações em andamento; ela se imiscui como dobra criativa no fluxo conceitual a que Deleuze se entrega; ela opera, funciona em linhas decisivas do sistema deleuziano, do planômeno dessa filosofia da diferença; engrena-se produtivamente com a maquinaria conceitual que a deglute. Para se ter ligeira idéia disso, é suficiente ler esta passagem de *Logique du sens*, passagem relativa à primeira característica do campo transcendental, o campo que Deleuze procura determinar para evitar a mera oscilação entre “campos empíricos” e “profundidade indiferenciada”: “em primeiro lugar, as singularidades-acontecimentos correspondem a séries heterogêneas que se organizam em um sistema nem estável nem instável, mas «metaestável», provido de uma energia potencial em que se distribuem as diferenças entre séries”, sendo, “a energia potencial”, diz ele, “a energia do acontecimento puro, ao passo que as formas de atualização correspondem às efetuações do acontecimento”.

Com aquele hífen imbricando singularidades-acontecimentos, ele está reativando, por contato poroso com o texto de Simondon, seu próprio conceito empírico-transcendental de *acontecimento*, sendo este um dos filosofemas mais recorrentes em sua obra e que acabará exigindo uma atenção especial ao conceito de virtualidade e, portanto, com o de singularidades pré-individuais. Na quinta característica do campo transcendental, a complicação se reafirma: “em quinto lugar, esse mundo do sentido tem por estatuto o *problemático*: as singularidades se distribuem num campo propriamente problemático e advêm neste campo como acontecimentos topológicos aos quais não está ligada qualquer direção”. Por que a complicação aqui se reafirma? Porque Deleuze tece a relação acontecimento/problemático: “o modo do acontecimento”, diz ele, “é o problemático”.²⁰ E ambos os conceitos, além de muitos outros, são tratados de tal modo que neles se adensa essa perspectiva de exploração de mundos empírico-transcendentais, perspectiva tão presente nesse texto tão reverenciado de Simondon. Carecemos de um estudo detalhado do alcance que esse encontro de Deleuze com Simondon propicia na constituição de um novo transcendental na história da filosofia.

²⁰ Deleuze, G. *LS*, op. cit., p. 126, 125, 127, 69; tr. br., p. 107, 106, 57.

A GÊNESE DO INDIVÍDUO.....



INTRODUÇÃO

Existem duas vias segundo as quais a realidade do ser como indivíduo pode ser abordada: uma via substancialista, que considera o ser como consistindo em sua unidade, dado por si próprio, fundado sobre si mesmo, inengendrado, resistente ao que não é ele próprio; uma via hilemórfica, que considera o indivíduo como engendrado pelo encontro de uma forma e de uma matéria. O monismo, centrado em si mesmo, do pensamento substancialista opõe-se à bipolaridade do esquema hilemórfico. No entanto, há algo em comum nestas duas maneiras de abordar a realidade do indivíduo: ambas supõem que existe um princípio de individuação, capaz de explicá-la, de produzi-la, de conduzi-la. A partir do indivíduo constituído e dado, esforçamo-nos para remontar às condições de sua existência. Essa maneira de propor o problema da individuação, partindo da constatação da existência de indivíduos, encerra uma pressuposição que deve ser elucidada, porque conduz a um aspecto importante das soluções que propomos e se insinua na busca do princípio de individuação: é o indivíduo, enquanto indivíduo constituído, que é a realidade interessante, a realidade a explicar. O princípio de individuação será investigado como um princípio capaz de explicar os caracteres do indivíduo, sem relação necessária com outros aspectos do ser que poderiam ser correlativos da aparição de um real individuado. *Tal perspectiva de investigação atribui um privilégio ontológico ao indivíduo constituído.* Logo, ela corre o risco de não operar uma verdadeira ontogêne-

se, de não colocar o indivíduo no sistema de realidade em que a individuação se produz. *Que a individuação tenha um princípio, isso é um postulado na pesquisa do princípio de individuação.* Na própria noção de princípio, há um certo caráter que prefigura a individualidade constituída, com as propriedades que terá quando estiver constituída; a noção de *princípio de individuação* decorre, de certo modo, de uma gênese às avessas, de uma ontogênese *invertida*: para explicar a gênese do indivíduo, com seus caracteres definidos, é necessário supor a existência de um primeiro termo, o princípio, que traz em si o que explicará que o indivíduo seja indivíduo e dará a razão de sua hecceidade. Mas faltaria mostrar de maneira precisa que a ontogênese pode ter, como condição primeira, um termo primeiro: um termo já é um indivíduo ou, pelo menos, algo individualizável e que pode ser origem de hecceidade, que é possível converter em hecceidades múltiplas; tudo o que pode ser origem de relação já é do mesmo modo de ser que o indivíduo, quer seja o átomo, partícula insecável e eterna, a matéria-prima ou a forma: o átomo pode entrar em relação com outros átomos pelo *clinâmen* e constituir, assim, um indivíduo, viável ou não, através do vazio infinito e do devir sem fim. A matéria pode receber uma forma, e nesta relação matéria-forma se encontra a ontogênese. Se não houvesse certa inerência da hecceidade ao átomo, à matéria ou à forma, não haveria possibilidade de encontrar, nas realidades invocadas, um princípio de individuação. *Procurar o princípio de individuação em uma realidade que precede a própria individuação e considerar a individuação unicamente como ontogênese.* Nesse caso, o princípio de individuação é origem de hecceidade. Com efeito, tanto o substancialismo atomista quanto a doutrina hilemórfica evitam a descrição direta da própria ontogênese; o *atomismo* descreve a gênese do composto, como o corpo vivo, que só tem uma unidade precária e perecível, que resulta de um encontro casual e que irá se dissolver novamente em seus elementos quando uma força, maior que a força de coesão dos átomos, atacá-lo em sua unidade de composto. As próprias forças de coesão, que poderíamos considerar como princípio de individuação do indivíduo composto, são rejeitadas na estrutura das partículas elementares que existem pela eternidade afora e são os verdadeiros indivíduos; no atomismo, o princípio de individuação é a própria existência da infini-
 tudade dos átomos: já está presente no momento em que o pensamento quer tomar consciência de sua natureza: para cada átomo, a individua-

ção é um fato, é sua própria existência dada e, para cada composto, é o fato de ser o que é em virtude de um encontro casual. Segundo o *esquema hilemórfico*, ao contrário, o ser individuado ainda não é dado quando consideramos a matéria e a forma que se tornarão o $\sigma\upsilon\nu\lambda\acute{o}\nu$:¹ não assistimos à ontogênese porque sempre nos colocamos antes dessa tomada de forma que é a ontogênese; logo, o princípio de individuação não é apreendido na própria individuação como operação, mas naquilo que esta operação necessita para poder existir, isto é, uma matéria e uma forma: supomos que o princípio está contido na matéria ou na forma, porque supomos que a operação de individuação não é capaz de conter o próprio princípio, mas unicamente de *utilizá-lo*. A pesquisa do princípio de individuação realiza-se antes ou depois da individuação, conforme o modelo seja tecnológico e vital (para o esquema hilemórfico) ou físico (para o atomismo substancialista). Mas, em ambos os casos, existe *uma zona obscura* que recobre a operação de individuação. Esta operação é considerada como coisa a explicar e não como aquilo em que a explicação deve ser encontrada: daí a noção de princípio de individuação. E a operação é considerada como coisa a explicar porque o pensamento tende para o ser individuado acabado, do qual é necessário dar uma explicação, passando pela etapa da individuação para chegar ao indivíduo após a operação. Logo, há suposição da existência de uma sucessão temporal: primeiro, existe o princípio de individuação; em seguida, este princípio opera em uma operação de individuação; por fim, o indivíduo constituído aparece. Se, ao contrário, supuséssemos que a individuação não produz apenas o indivíduo, não procuraríamos passar rapidamente pela etapa de individuação para chegar a esta realidade última que é o indivíduo: tentaríamos apreender a ontogênese em todo o desenvolvimento de sua realidade, e *conhecer o indivíduo pela individuação muito mais do que a individuação a partir do indivíduo*.

¹ $\sigma\upsilon\nu\lambda\acute{o}\nu$ – termo grego que significa o total, o conjunto (cf. *Dictionnaire Grec-Français*, de A. Bailly, Paris: Hachette). Para Aristóteles $\sigma\upsilon\nu\lambda\acute{o}\nu$ designa a substância, o composto de matéria e de forma (N.T.).

Desejaríamos mostrar que é necessário operar uma reversão na investigação do princípio de individuação, considerando como primordial a operação de individuação a partir da qual o indivíduo vem a existir e da qual ele reflete o desenrolar, o regime e, por fim, as modalidades em seus caracteres. Então, o indivíduo seria apre-

endido como uma realidade relativa, uma determinada fase do ser que supõe uma realidade pré-individual anterior a ela, e que não existe completamente só, mesmo depois da individuação, pois a individuação não esgota de uma única vez os potenciais da realidade pré-individual; por outro lado, o que a individuação faz aparecer é não só o indivíduo, mas também o par indivíduo-meio.² Dessa maneira, o indivíduo é relativo em dois sentidos: porque ele não é todo o ser e porque resulta de um estado do ser em que ele não existia como indivíduo, nem como princípio de individuação.

Por conseqüência, unicamente a individuação, enquanto operação do ser completo, é considerada como ontogenética. A individuação deve, então, ser considerada como resolução parcial e relativa, que se manifesta em um sistema contendo potenciais e encerrando uma certa incompatibilidade em relação a si próprio, incompatibilidade feita tanto de forças de tensão quanto de impossibilidade de uma interação entre termos extremos das dimensões.

A palavra *ontogênese* ganha todo o seu sentido se, em vez de lhe atribuímos o sentido, restrito e derivado, de gênese do indivíduo (em oposição a uma gênese mais vasta, por exemplo, a da espécie), fazemo-la designar o caráter de devir do ser, aquilo por que o ser devém enquanto é, como ser. A oposição do ser e do devir só pode ser válida no interior de certa doutrina, supondo que o modelo próprio do ser é a substância. Contudo, também é possível supor que o devir é uma dimensão do ser, corresponde a uma capacidade que o ser tem de defasar-se em relação a si próprio, de resolver-se defasando-se; *o ser pré-individual é o ser em que não existe fase*; o devir é o ser em cujo seio se efetua uma individuação, o ser em que uma resolução aparece pela sua repartição em fases; o devir não é um quadro no qual o ser existe; ele é dimensão do ser, modo de resolução de uma incompatibilidade inicial, rica em potenciais.³ *A individuação corresponde à aparição de fases no ser, as fases do ser*; ela não é uma conseqüência depositada ao lado do devir e isolada, mas esta própria operação enquanto se efetua; só podemos compreendê-la a partir dessa supersaturação inicial do ser homogêneo e sem devir que, em seguida, se estrutura e de-

² Aliás, o meio pode não ser simples, homogêneo, uniforme, mas ser originalmente atravessado por uma tensão entre duas ordens extremas de grandeza que o indivíduo mediatiza quando vem a ser.

³ E constituição de uma ordem de grandeza mediata entre termos extremos; o próprio devir ontogenético, em certo sentido, pode ser considerado como mediação.

vém, fazendo aparecer indivíduo e meio, em conformidade com o devir, que é uma resolução das tensões primeiras e uma conservação dessas tensões sob forma de estrutura; em certo sentido, poderíamos dizer que o único princípio pelo qual podemos nos orientar é *o da conservação do ser pelo devir*; essa conservação existe pelas trocas entre estrutura e operação, procedendo por saltos quânticos entre equilíbrios sucessivos. Para pensar a individuação é necessário considerar o ser, não como substância, matéria ou forma, mas como sistema tenso, supersaturado, acima do nível da unidade; não consistindo unicamente em si mesmo e não podendo ser pensado, adequadamente, mediante o princípio do terceiro excluído; o ser concreto ou ser completo, isto é, o ser pré-individual, é um ser que é mais que uma unidade. A unidade, característica do ser individuado, e a identidade, que autoriza o uso do princípio do terceiro excluído, não se aplicam ao ser pré-individual, o que explica a impossibilidade de o mundo ser recomposto, posteriormente, com mônadas, mesmo acrescentando-lhes outros princípios, como o de razão suficiente, para ordená-las em universo; a unidade e a identidade só se aplicam a uma das fases do ser, posterior à operação de individuação; essas noções não podem ajudar a descobrir o princípio de individuação; elas não se aplicam à ontogênese, entendida no sentido pleno do termo, isto é, ao devir do ser enquanto ser que se desdobra e se defasa individuando-se.

A individuação não pôde ser pensada e descrita de maneira adequada porque uma única forma de equilíbrio era conhecida, o equilíbrio estável; o equilíbrio metaestável não era conhecido; o ser era implicitamente suposto em estado de equilíbrio estável; ora, o equilíbrio estável exclui o devir, pois corresponde ao mais baixo nível possível de energia potencial; é o equilíbrio atingido em um sistema quando todas as transformações possíveis foram realizadas e não existe mais nenhuma força; todos os potenciais se atualizaram, e o sistema não pode se transformar novamente, tendo atingido o seu mais baixo nível energético. Os antigos só conheciam a instabilidade e a estabilidade, o movimento e o repouso, não conheciam clara e objetivamente a metaestabilidade. Para definir a metaestabilidade é necessário fazer intervir a noção de energia potencial de um sistema, a noção de ordem e a de aumento da entropia; assim, é possível definir este estado metaestável do ser, muito diferente do equilíbrio estável e do repouso, que os antigos não podiam fazer

intervir na investigação do princípio de individuação, porque, para eles, nenhum paradigma físico preciso podia esclarecer o seu emprego.⁴ Tentaremos, portanto, apresentar primeiro a *individuação física como um caso de resolução de um sistema metaestável*, a partir de um *estado de sistema* como o da superfusão ou da supersaturação que preside a gênese dos cristais. A cristalização é rica em noções muito estudadas e que podem ser empregadas como paradigmas em outros domínios; ela não esgota, no entanto, a realidade da individuação física.

Ora, podemos supor também que a realidade, em si mesma, da mesma maneira que a solução supersaturada e ainda de modo mais completo no regime pré-individual, *mais que unidade e mais que identidade*, é primitivamente capaz de se manifestar como onda ou corpúsculo, matéria ou energia, porque toda operação, e toda relação no interior de uma operação, é uma individuação que desdobra, defasa o ser pré-individual, correlacionando simultaneamente valores extremos, ordens de grandeza primitivamente sem mediação. A complementaridade seria, então, a repercussão epistemológica da metaestabilidade primitiva e original do real. Nem o *mecanicismo*, nem o *energetismo*, teorias da identidade, explicam a realidade de maneira completa. A teoria dos campos, acrescentada à dos corpúsculos, e a teoria da interação entre campos e corpúsculos, ainda são parcialmente dualistas, mas *encaminham-se para uma teoria do pré-individual*. A teoria dos quanta, por outra via, apreende *este regime do pré-individual* que ultrapassa a unidade: uma troca de energia se faz por quantidades elementares, como se houvesse uma individuação da energia na relação entre as partículas, que, em um sentido, é possível considerar como indivíduos físicos. Nesse sentido é que poderíamos assistir à convergência de duas novas teorias que, até hoje, se mantiveram impenetráveis, a dos quanta e a da mecânica ondulatória: elas poderiam ser consideradas como *duas maneiras de exprimir o pré-individual* pelas diferentes manifestações em que ele intervém como pré-individual. Sob o contínuo e o descontínuo há o quântico e o complementar metaestável (o mais que unidade), que é o verdadeiro pré-individual. A necessidade de corrigir e de acoplar os conceitos de base em física talvez traduza o fato de *os conceitos serem*

⁴ Havia, entre os antigos, equivalentes intuitivos e normativos da noção de metaestabilidade; mas, como a metaestabilidade geralmente supõe a presença simultânea de duas ordens de grandeza e a ausência de comunicação interativa entre elas, este conceito deve muito ao desenvolvimento das ciências.

adequados unicamente à realidade individuada, e não à realidade pré-individual.

Compreenderíamos, então, o valor paradigmático do estudo da gênese dos cristais como processo de individuação: ele permitiria apreender, em uma escala macroscópica, um fenômeno que repousa sobre estados de sistema pertencentes ao domínio microfísico, molecular e não molar; apreenderia a atividade que ocorre no limite do cristal em formação. Tal individuação não é o encontro de uma forma e de uma matéria prévias, que existem como termos separados, anteriormente constituídos, mas uma resolução que surge no seio de um sistema metaestável rico em potenciais: *forma, matéria e energia preexistem no sistema*. A forma e a matéria não são suficientes. O verdadeiro princípio de individuação é mediação, que geralmente supõe dualidade original das ordens de grandeza e ausência inicial de comunicação interativa entre elas, em seguida, comunicação entre ordens de grandeza e estabilização.

Ao mesmo tempo que uma energia potencial (condição de ordem de grandeza *superior*) se atualiza, uma matéria se ordena e se divide (condição de ordem de grandeza *inferior*) em indivíduos estruturados em uma ordem de grandeza *média*, que se desenvolve por um processo mediato de amplificação.

O regime energético do sistema metaestável é que conduz à cristalização e a sustenta, a forma dos cristais exprime, porém, certos caracteres moleculares ou atômicos da espécie química constituinte.

No domínio do vivo, a mesma noção de metaestabilidade pode ser utilizada para caracterizar a individuação; mas a individuação não se produz mais, como no domínio físico, apenas de maneira *instantânea*, quântica, brusca e definitiva, deixando atrás de si uma dualidade do meio e do indivíduo, o meio empobrecido do indivíduo que ele não é, e o indivíduo não tendo mais a dimensão do meio. Sem dúvida, tal individuação existe também para o vivo, como origem absoluta, mas é acompanhada de uma individuação perpétua que é a própria vida, conforme o modelo fundamental do devir: *o vivo conserva em si uma atividade permanente*; ele não só é resultado de individuação, como o cristal ou a molécula, mas também teatro de individuação. A atividade do vivo, por consequência, não está toda concentrada em seu limite, como a do indivíduo físico; existe nele um regime mais completo de *ressonância interna*, que exige comunicação permanente e mantém uma metaestabilidade

que é condição de vida. Não é esse o único caráter do vivo, e não podemos assimilar o vivo a um autômato que manteria certo número de equilíbrios ou buscaria compatibilidade entre várias exigências, segundo uma fórmula de equilíbrio complexa, composta de equilíbrios mais simples; o vivo é também o ser que resulta de uma individuação inicial e amplifica esta individuação, o que não faz o objeto técnico, ao qual o mecanicismo cibernético gostaria de assimilá-lo funcionalmente. No vivo há *uma individuação pelo indivíduo* e não apenas um funcionamento resultante de uma individuação já efetuada, comparável a uma fabricação; o vivo resolve problemas, não só adaptando-se, isto é, modificando sua relação com o meio (como uma máquina pode fazer), mas também modificando-se a si próprio, inventando novas estruturas internas, introduzindo-se completamente na axiomática dos problemas vitais.⁵ *O indivíduo vivo é sistema de individuação, sistema individuante e sistema individuando-se*; a ressonância interna e a tradução da relação consigo próprio em informação estão neste sistema do vivo. No domínio físico, a ressonância interna caracteriza o limite do indivíduo *individuando-se*; no domínio vivo, ela devém o critério de todo indivíduo enquanto indivíduo; ela existe no sistema do indivíduo, e não apenas no que o indivíduo forma com seu meio; a estrutura interna do organismo já não resulta (como a do cristal) unicamente da atividade que se efetua e da modulação que se opera no limite entre o domínio de interioridade e o domínio de exterioridade; o indivíduo físico, perpetuamente descentrado, periférico em relação a si próprio, ativo no limite de seu domínio, não tem verdadeira interioridade; o indivíduo vivo, ao contrário, tem uma verdadeira interioridade, porque a individuação se realiza dentro; no indivíduo vivo o interior também é constituinte, enquanto no indivíduo físico só o limite é constituinte, e o que é topologicamente interior é geneticamente anterior. O indivíduo vivo é contemporâneo de si próprio em todos os seus elementos, o que não o é o indivíduo físico, o qual contém passado radicalmente passado, mesmo quando ainda está crescendo. O vivo, em seu próprio interior, é um núcleo de comunicação informativa; ele é sistema em um sistema, comportando *em si mesmo* mediação entre duas ordens de grandeza.⁶

⁵ Por esta introdução é que o vivo faz obra informacional, ele próprio tornando-se um núcleo de comunicação interativa entre uma ordem de realidade superior à sua dimensão e uma ordem inferior a esta, que ele organiza.

⁶ Essa mediação interior pode intervir como retransmissor

Em suma, é possível fazer uma hipótese análoga à dos quanta em física, e também à da relatividade dos níveis de energia potencial: é possível supor que a individuação não esgota toda a realidade pré-individual, e que um regime de metaestabilidade não só é mantido pelo indivíduo, mas também carregado por ele, de maneira que o indivíduo constituído transporta consigo certa carga associada de realidade pré-individual, animada por todos os potenciais que a caracterizam; uma individuação é relativa como uma mudança de estrutura em um sistema físico; um certo nível de potencial se mantém e as individuações ainda são possíveis. Essa natureza pré-individual, que permanece associada ao indivíduo, é uma fonte de estados metaestáveis futuros de onde poderão sair novas individuações. Segundo esta hipótese, seria possível *considerar toda verdadeira relação como tendo posição de ser e como desenvolvendo-se no interior de uma nova individuação*; a relação não surge entre dois termos que já seriam indivíduos; ela é um aspecto da *ressonância interna de um sistema de individuação*; faz parte de um estado de sistema. Esse vivo, que, simultaneamente, é mais e menos que a unidade, comporta *uma problemática interior e pode entrar como elemento em uma problemática mais vasta que seu próprio ser*. A participação, para o indivíduo, é *o fato de ele ser elemento em uma individuação mais vasta*, por intermédio da carga de realidade *pré-individual que o indivíduo contém*, isto é, graças aos potenciais que detém.

Torna-se, então, possível pensar a relação interior e exterior ao indivíduo como participação, sem apelar para novas substâncias. O psiquismo e o coletivo são constituídos por individuações produzidas após a individuação vital. *O psiquismo é continuação da individuação vital em um ser que, para resolver sua própria problemática, é obrigado a intervir, por sua própria ação, como elemento do problema, como sujeito*; o sujeito pode ser concebido como a unidade do ser, enquanto vivo individuado, e como elemento e dimensão do mundo, enquanto ser que se representa sua ação no mundo; os problemas vitais não são fechados em si mesmos; sua axiomática aberta só pode ser saturada por uma seqüência indefinida de individuações sucessivas que sempre introduzem mais realidade pré-individual e incorporam-na na relação com o meio; afetividade e percepção se integram em emoção e ciên-

em relação à mediação externa que o indivíduo vivo realiza, o que permite ao vivo fazer comunicar uma ordem de grandeza cósmica (por exemplo, a energia luminosa solar) e uma ordem de grandeza intramolecular.

cia que supõem um apelo a novas *dimensões*. No entanto, o ser psíquico não pode resolver em si mesmo sua própria problemática; sua carga de realidade pré-individual, ao mesmo tempo que ela se individua como ser psíquico que ultrapassa os limites do vivo individuado e incorpora o vivo em um sistema do mundo e do sujeito, permite a participação sob forma de condição de individuação do coletivo; a individuação sob forma de coletivo faz do indivíduo um indivíduo de grupo, associado ao *grupo* pela realidade pré-individual que traz consigo e que, reunida à de outros indivíduos, *se individua em unidade coletiva*. As duas individuações, psíquica e coletiva, são recíprocas uma em relação à outra; elas permitem definir uma categoria do transindividual, que contribui para a explicação da unidade sistemática da individuação interior (psíquica) e da individuação exterior (coletiva). O mundo psicossocial do transindividual não é o social bruto nem o interindividual; ele supõe uma verdadeira operação de individuação a partir de uma realidade pré-individual, associada aos indivíduos e capaz de constituir uma nova problemática, tendo sua própria metaestabilidade; exprime uma condição quântica, correlativa de uma pluralidade de ordens de grandeza. O vivo é apresentado como *ser problemático*, simultaneamente superior e inferior à unidade. Dizer que o vivo é problemático é considerar o devir como uma dimensão do vivo: o vivo é conforme o devir, que opera uma mediação. O vivo é agente e teatro de individuação; seu devir é uma individuação permanente, ou melhor, *uma seqüência de acessos de individuação*, avançando de metaestabilidade em metaestabilidade; assim sendo, o indivíduo não é substância nem simples parte do coletivo: o coletivo intervém como resolução da problemática individual, o que significa que a base da realidade coletiva já está parcialmente contida em um indivíduo sob a forma da realidade pré-individual que permanece associada à realidade individuada; o que geralmente consideramos como *relação*, em razão da substancialização da realidade individual é, de fato, uma dimensão da individuação por que o indivíduo devém: a relação com o mundo e com o coletivo é uma *dimensão da individuação* da qual o indivíduo participa a partir da *realidade pré-individual* que se individua etapa por etapa.

Logo, psicologia e teoria do coletivo estão ligadas: a ontogênese é que indica o que é a participação no coletivo e também o que é a operação psíquica, concebida como resolução de uma problemática. A indi-

viduação que é a vida é concebida como descoberta, em uma situação de conflito, de uma nova axiomática incorporando e que unificando todos os elementos desta situação em sistema que contém o indivíduo. Para compreender o que é a atividade psíquica no interior da teoria da individuação, enquanto resolução do caráter conflitioso de um estado metaestável, é necessário descobrir as verdadeiras vias de instituição dos sistemas metaestáveis na vida; neste sentido, tanto a noção de *relação adaptativa do indivíduo com o meio*⁷ quanto a noção crítica de *relação do sujeito do conhecimento com o objeto conhecido* devem ser modificadas; o conhecimento não se edifica de maneira abstrativa a partir da sensação, mas de maneira problemática a partir de *uma primeira unidade tropística, par de sensação e de tropismo*,⁸ *orientação do ser vivo em um mundo polarizado*; ainda aqui é necessário desligar-se do esquema hilemórfico; não há uma sensação que seria uma matéria constituindo um dado *a posteriori* para as formas *a priori* da sensibilidade; as formas *a priori* são uma primeira resolução por descoberta da axiomática das tensões, resultante do afrontamento das *unidades tropísticas primitivas*; as formas *a priori* da sensibilidade não são *a-prioris* nem *a-posterioris* obtidos por abstração, mas as estruturas de uma axiomática que aparece em uma operação de individuação. Na unidade tropística já há o mundo e o vivo, mas o mundo figura aí unicamente como *direção*, como polaridade de um gradiente

que situa o ser individuado em uma *diáde indefinida*, a qual se estende a partir dele e na qual ele ocupa o ponto mediano. A percepção, posteriormente a ciência, continuam a resolver essa problemática, não só pela invenção dos quadros espaço-temporais, mas também pela constituição da noção de objeto, que devém *fonte* dos gradientes primitivos e que os ordena entre si em conformidade com um *mundo*. A distinção de *a priori* e *a posteriori*, repercussão do esquema hilemórfico na teoria do conhecimento, encobre, com sua obscura zona central, a verdadeira operação de individuação, que é o centro do conhecimento. A própria noção de série qualitativa ou intensiva merece ser pensada segundo a teoria das fases do ser: ela *não é relacional* e sus-

⁷ Particularmente, a relação com o meio não poderia ser considerada, antes e durante a individuação, como relação com um meio único e homogêneo: o próprio meio é *sistema*, grupamento sintético de duas ou várias escalas de realidade, sem intercomunicação antes da individuação.

⁸ Noção introduzida por Loeb no estudo do comportamento animal, designando os fenômenos de crescimento, de orientação local e de deslocamento. Cf. *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*, André Lalande, PUF, p. 1.154. (N.T.)

tentada por uma preexistência dos termos extremos, mas se desenvolve a partir de um estado médio primitivo que localiza o vivo e o insere no gradiente que dá um sentido à unidade tropística: a série é uma visão abstrata do sentido, segundo o qual a unidade tropística se orienta. É necessário partir da individuação, do ser apreendido em seu centro em conformidade com a espacialidade e com o devir, não de um *indivíduo* substancializado diante de um *mundo* estranho a ele.⁹

O mesmo método pode ser empregado para explorar a afetividade e a emotividade, que constituem a ressonância do ser em relação a si próprio e ligam o ser individuado à realidade pré-individual que lhe é associada, como a unidade tropística e a percepção o ligam ao meio. O psiquismo é feito de sucessivas individuações que permitem ao ser resolver os estados problemáticos correspondentes à permanente comunicação do maior e do menor que ele.

Contudo, o psiquismo não pode resolver-se ao nível do ser individuado isolado; ele é o fundamento da participação em uma individuação mais vasta, a do coletivo; o ser individual isolado, que se coloca a si próprio em questão, não pode ultrapassar os limites da angústia, operação sem ação, emoção permanente que não chega a resolver a afetividade, experimentação pela qual o ser individuado explora suas dimensões de ser, sem as poder ultrapassar. *Ao coletivo, apreendido como axiomática que resolve a problemática psíquica, corresponde a noção de transindividual.*

Tal conjunto de reformas das noções é sustentado pela hipótese de que uma informação nunca é relativa a uma realidade única e homogênea, mas a duas ordens em estado de *disparition*: a informação, quer ao nível da unidade tropística, quer ao nível do transindividual, jamais é depositada em uma forma que pode ser dada; ela é a tensão entre dois reais díspares, *a significação que surgirá quando uma operação de individuação descobrir a dimensão segundo a qual dois reais díspares podem tornar-se sistema*; portanto, a informação é um início de individuação, uma *exigên-*

⁹ Com isso queremos dizer que o *a-priori* e o *a-posteriori* não se encontram no conhecimento; não são forma nem matéria do conhecimento, pois não são conhecimento, mas termos extremos de uma diáde pré-individual e, conseqüentemente, pré-noética. A ilusão de formas *a-priori* procede da preexistência, no sistema pré-individual, de *condições de totalidade*, cuja dimensão é superior à do indivíduo em processo de ontogênese. Inversamente, a ilusão do *a-posteriori* provém da existência de uma realidade cuja ordem de grandeza, quanto às modificações espaço-temporais, é inferior à do indivíduo. Um conceito não é *a-priori* nem *a-posteriori*, mas *a-praesenti*, pois ele é uma comunicação informativa e interativa entre o que é maior e o que é menor que o indivíduo.

cia de individuação, nunca é uma coisa dada; não há unidade e identidade da informação, pois a informação não é um *termo*; ela supõe tensão de um sistema de ser; só pode ser inerente a uma problemática; a informação é *aquilo por intermédio de que a incompatibilidade do sistema não resolvido devem dimensão organizadora na resolução*; a informação supõe uma *mudança de fase de um sistema*, porque ela pressupõe um primeiro estado pré-individual que se individua conforme a organização descoberta; a informação é a fórmula da individuação, fórmula que não pode preexistir a esta individuação; poderíamos dizer que a informação é sempre no presente, atual, porque ela é o sentido segundo o qual um sistema se individua.¹⁰

A concepção do ser sobre a qual repousa este estudo é a seguinte: o ser não possui uma unidade de identidade, que é a do estado estável em que nenhuma transformação é possível, o ser possui uma *unidade transitória*, isto é, ele pode defasar-se em relação a si próprio, ultrapassar a si próprio de um lado e de outro de seu *centro*. O que consideramos *relação* ou *dualidade de princípios* é, de fato, escalonamento do ser, que é mais que unidade e mais que identidade; o devir é uma dimensão do ser, não o que lhe advém conforme uma sucessão que seria sofrida por um ser

primitivamente dado e substancial. A individuação deve ser apreendida como devir do ser, e não como modelo do ser que esgotaria sua significação. O ser individuado não é todo o ser nem o ser primeiro: *em vez de apreender a individuação a partir do ser individuado, é necessário apreender o ser individuado a partir da individuação e a individuação a partir do ser pré-individual*, repartido segundo as várias ordens de grandeza.

Logo, a intenção desse estudo é estudar as *formas, modos e graus da individuação* a fim de recolocar o indivíduo no ser, consoante os três níveis: físico, vital, psicossocial. Em lugar de supor substâncias para explicar a individuação, consideramos os diferentes regimes de individuação como fundamento de domínios tais como matéria, vida, espírito, sociedade. A separação, o escalonamento, as relações desses do-

¹⁰ Essa afirmação não leva a contestar a validade das teorias quantitativas da informação e das medidas da complexidade, mas supõe um estado fundamental – o do ser pré-individual – anterior a qualquer dualidade do emissor e do receptor, portanto, a qualquer mensagem transmitida. O que subsiste deste estado fundamental, no caso clássico da informação transmitida como mensagem, não é a fonte da informação, mas a condição primordial sem a qual não há efeito de informação, logo, nada de informação: a meta-estabilidade do receptor, quer se trate de ser técnico ou de indivíduo vivo. Podemos nomear esta informação de “informação primeira”.

mínios aparecem como aspectos da individuação conforme suas diferentes modalidades; as noções de substância, de forma e de matéria são substituídas pelas noções mais fundamentais de informação primeira, de ressonância interna, de potencial energético, de ordens de grandeza.

Para que essa modificação de noções seja possível é necessário, todavia, fazer intervir simultaneamente um método e uma noção novos. O método consiste em não tentar compor a essência de uma realidade por meio de uma relação *conceitual* entre dois termos extremos, e em considerar qualquer verdadeira relação como tendo posição de ser. A relação é uma modalidade do ser; é simultânea relativamente aos termos de que assegura a existência. Uma relação deve ser apreendida como relação no ser, relação do ser, maneira de ser e não como simples relação entre dois termos que poderíamos conhecer de modo adequado mediante conceitos, porque teriam uma existência efetivamente separada. Porque os termos são concebidos como substâncias é que a relação é relação de termos, e o ser é separado em termos porque o ser é, primitiva e anteriormente a qualquer exame da individuação, concebido como substância. Em contrapartida, se a substância deixa de ser o modelo do ser é possível conceber a relação como não-identidade do ser em relação a si próprio, inclusão no ser de uma realidade que não é só idêntica a ele, de maneira que o ser enquanto ser, anteriormente a qualquer individuação, pode ser apreendido como mais que unidade e mais que identidade.¹¹ Tal método supõe um postulado de natureza ontológica: ao nível do ser apreendido antes de qualquer individuação, o princípio do terceiro excluído e o princípio de identidade não se aplicam; esses princípios aplicam-se unicamente ao ser já individuado, e definem um ser empobrecido, separado em meio e indivíduo; não se aplicam, então, ao todo do ser, isto é, ao conjunto formado ulteriormente por indivíduo e meio, mas somente àquilo que, do ser pré-individual, se tornou indivíduo. Nesse sentido, a lógica clássica não pode ser empregada para pensar a individuação, pois ela obriga a pensar a operação de individuação com conceitos e com relações entre conceitos, que só se aplicam aos resultados da operação de individuação considerados de maneira parcial.

Do emprego desse método, que considera o princípio de identidade e o princípio do terceiro excluído como excessivamente estreitos, li-

¹¹ Particularmente, a pluralidade das ordens de grandeza, a ausência primordial de comunicação interativa entre estas ordens faz parte de tal apreensão do ser.

bera-se uma noção que possui uma multidão de aspectos e de domínios de aplicação: a de *transdução*. Por transdução entendemos uma operação física, biológica, mental, social, por que uma atividade se propaga gradativamente no interior de um domínio, fundando esta propagação sobre uma estruturação do domínio operada de região em região: cada região de estrutura constituída serve de princípio de constituição à região seguinte, de modo que uma modificação se estende progressivamente ao mesmo tempo que esta operação estruturante. Um cristal que aumenta e cresce, a partir de um germe muito pequeno, em todas as direções em sua água-mãe, fornece a imagem mais simples da operação transdutora: cada camada molecular já constituída serve de base estruturante à camada em formação; o resultado é uma estrutura reticular amplificante. A operação transdutora é uma individuação em progresso; no domínio físico, ela pode efetuar-se de maneira mais simples sob forma de iteração progressiva; mas em domínios mais complexos, como os domínios de metaestabilidade vital ou de problemática psíquica, ela pode avançar com um passo constantemente variável e estender-se em um domínio de heterogeneidade; há transdução quando há atividade, estrutural e funcional, partindo de um centro do ser e estendendo-se em diversas direções a partir desse centro, como se múltiplas dimensões do ser aparecessem em torno desse centro; a transdução é aparição correlativa de dimensões e de estruturas em um ser em estado de tensão pré-individual, isto é, em um ser que é mais que unidade e mais que identidade, e que ainda não se defasou em relação a si próprio em múltiplas dimensões. Os termos extremos, atingidos pela operação transdutora,

¹² Ele exprime, ao contrário, a heterogeneidade primordial de duas escalas de realidade, uma maior que o indivíduo – o sistema de totalidade metaestável –, a outra menor que ele, como uma matéria. Entre estas duas ordens primordiais de grandeza o indivíduo se desenvolve por um processo de comunicação amplificante, do qual a transdução é o modo mais primitivo, já existente na individuação física.

não preexistem a essa operação; seu dinamismo provém da tensão primitiva do sistema do ser heterogêneo que se defasa e que desenvolve dimensões segundo as quais ele se estrutura; ele não procede de uma tensão entre os termos que serão atingidos e depositados nos limites extremos da transdução.¹² A transdução pode ser uma operação vital; em particular, exprime o sentido da individuação orgânica; pode ser operação psíquica e procedimento lógico efetivo, ainda que não seja absolutamente limitada ao pensamento lógico. No domínio do saber, ela define

a verdadeira maneira de progredir da invenção, que não é indutiva nem dedutiva, mas transdutora, isto é, que corresponde a uma descoberta das dimensões segundo as quais uma problemática pode ser definida; é a operação analógica no que ela tem de válida. Essa noção pode ser empregada para pensar os diferentes domínios de individuação: ela se aplica a todos os casos em que uma individuação se realiza, manifestando a gênese de um tecido de relações fundadas sobre o ser. A possibilidade de empregar uma transdução analógica para pensar um domínio de realidade indica que este domínio é efetivamente a sede de uma estruturação transdutora. A transdução corresponde a essa existência de relações que nascem quando o ser pré-individual se individua; ela exprime a individuação e permite pensá-la, logo, é uma noção simultaneamente metafísica e lógica; *aplica-se à ontogênese e é a própria ontogênese*. Objetivamente, ela permite compreender as condições sistemáticas da individuação, a ressonância interna,¹³ a problemática psíquica. Logicamente, pode ser empregada como fundamento de uma nova espécie de paradigmatismo analógico, para passar da individuação física à individuação orgânica, da individuação orgânica à individuação psíquica e da individuação psíquica ao transindividual subjetivo e objetivo, o que define o plano dessa pesquisa.

Poderíamos afirmar, sem dúvida alguma, que a transdução não poderia ser apresentada como procedimento lógico possuindo valor de prova; aliás, não queremos dizer que a transdução é um procedimento lógico no sentido corrente do termo; ela é um procedimento mental, e mais ainda que um procedimento uma maneira de progredir do espírito que descobre. Essa maneira de progredir consiste em *seguir o ser em sua gênese*, em efetuar a gênese do pensamento ao mesmo tempo que ocorre a gênese do objeto. Nessa pesquisa, ela é chamada a representar um papel que a dialética não pode representar, porque o estudo da operação de individuação não parece corresponder à aparição do negativo como segunda etapa, mas a uma imanência do negativo na condição primeira sob forma ambivalente de tensão e incompatibilidade; isso é o que há de mais positivo no estado do ser pré-individual, isto é, a existência de potenciais, que é também a causa da incompatibilidade e da não-estabilidade deste estado: o negativo é primeiro como incompatibilidade

¹³ A ressonância interna é o modo mais primitivo da comunicação entre realidades de ordens diferentes; ela contém um duplo processo de amplificação e de condensação.

ontogenética, mas ele é a outra face da riqueza em potenciais: logo, não é um negativo substancial; jamais é etapa ou fase, e a individuação não é síntese, retorno à unidade, mas defasagem do ser a partir de seu centro pré-individual de incompatibilidade potencializada. Nessa perspectiva ontogenética, o próprio tempo é considerado como expressão da *dimensionalidade do ser individuando-se*.

Conseqüentemente, a transdução não só é maneira de progredir do espírito, mas também intuição, visto que ela é aquilo por que uma estrutura aparece em um domínio de problemática, fornecendo a resolução dos problemas levantados. Mas, ao contrário da *dedução*, a transdução não vai procurar alhures um princípio para resolver o problema de um domínio: ela extrai a estrutura resolutive das próprias tensões deste domínio, da mesma maneira que a solução supersaturada cristaliza-se graças a seus próprios potenciais e conforme a espécie química que contém, não pela contribuição de alguma forma estrangeira. Ela também não é comparável à *indução*, pois a indução conserva realmente os caracteres dos termos de realidade compreendidos no domínio estudado, extraindo as estruturas da análise destes próprios termos, mas só conserva o que há de positivo, isto é, *o que há de comum* a todos os termos, eliminando o que estes têm de singular; a transdução, ao contrário, é uma descoberta de dimensões, as dimensões de cada um dos termos que o sistema faz comunicar, de tal maneira que a realidade completa de cada um dos termos do domínio possa vir a ordenar-se sem perda, sem redução, nas novas estruturas descobertas; a transdução resolutive *opera a inversão do negativo em positivo*: aquilo por que os termos não são idênticos uns aos outros, aquilo por que são *disparés* (com o sentido que este termo ganha na teoria da visão) é integrado ao sistema de resolução e devém condição de significação; não há empobrecimento da informação contida nos termos; a transdução caracteriza-se pelo fato de o resultado dessa operação ser um tecido concreto que compreende todos os termos iniciais; o sistema resultante é feito de concreto, e compreende todo o concreto; a ordem transdutora conserva todo o concreto e caracteriza-se pela *conservação da informação*, enquanto a indução reclama uma perda de informação; à semelhança da progressão dialética, a transdução conserva e integra os aspectos opostos; à diferença da progressão dialética, a transdução não supõe a existência de um tempo prévio como quadro em que a gênese se desenrola, o próprio tempo sendo solução,

dimensão da sistemática descoberta: *o tempo sai do pré-individual, da mesma maneira que as outras dimensões segundo as quais a individuação se efetua*.¹⁴

Ora, para pensar a operação transdutora, que é o fundamento da individuação em seus diversos níveis, a noção de forma é insuficiente. A noção de forma, a de substância ou a de relação, como relação posterior à existência dos termos, fazem parte do mesmo sistema de pensamento: estas noções foram elaboradas a partir dos resultados da individuação; podem apreender unicamente um real empobrecido, sem potenciais, e, portanto, incapaz de individuar-se.

A noção de forma deve ser substituída pela de informação, a qual supõe a existência de um sistema em estado de equilíbrio metaestável podendo individuar-se; a informação, à diferença da forma, jamais é um termo único, mas a significação que surge de uma “disparation”. A antiga noção de forma, tal como a libera o esquema hilemórfico, é excessivamente independente de qualquer noção de sistema e de metaestabilidade. A que foi dada pela Teoria da Forma comporta, ao contrário, a noção de sistema e é definida como o estado para o qual o sistema tende quando encontra seu equilíbrio: ela é uma resolução de tensão. Infelizmente, um paradigmatismo físico sumariíssimo levou a Teoria da Forma a considerar exclusivamente o estado de equilíbrio estável, como estado de equilíbrio de um sistema que pode resolver as tensões: a Teoria da Forma ignorou a metaestabilidade. Desejaríamos retomar a Teoria da Forma e mostrar, mediante a introdução de uma condição quântica, que os problemas propostos pela Teoria da Forma não podem ser diretamente resolvidos pelo emprego da noção de equilíbrio estável, mas unicamente utilizando a de equilíbrio metaestável; então, a Boa Forma não é mais a forma simples, a forma geométrica pregnante, mas *a forma significativa*, isto é, a que estabelece uma ordem transdutora no interior de um sistema de realidade que comporta potenciais. Essa boa forma é que mantém o nível energético do sistema, conserva seus potenciais, compatibilizando-os: ela é a estrutura de compatibilidade e de viabilidade, é a dimensionalidade inventada segundo a qual há compatibilidade sem degra-

¹⁴ Essa operação é paralela à da individuação vital: um vegetal institui uma mediação, pelo emprego da energia luminosa recebida na fotossíntese, entre uma ordem cósmica e uma ordem infra-molecular, classificando e repartindo as espécies químicas contidas no solo e na atmosfera. Ele é um núcleo interelementar, e desenvolve-se como ressonância interna deste sistema pré-individual feito de duas camadas de realidade primitivamente sem comunicação. O núcleo interelementar faz um trabalho intra-elementar.

dação.¹⁵ A noção de *Forma* merece, então, ser substituída pela de *informação*. No decurso desta substituição, a noção de informação jamais deve ser reduzida aos sinais ou suportes ou veículos de informação, *como a teoria tecnológica da informação, inicialmente extraída por abstração da tecnologia das transmissões, tende a fazê-lo*. Logo, a noção pura de forma deve ser salva duas vezes de um paradigmatismo tecnológico sumariíssimo: uma primeira vez, relativamente à cultura antiga, por causa do uso redutor que é feito desta noção no *esquema hilemórfico*; uma segunda vez, no estado de noção de informação, para salvar a informação como significação da *teoria tecnológica* da informação, na cultura moderna. Pois nas sucessivas teorias do hilemorfismo, da Boa Forma, em seguida da informação, a visada é exatamente a mesma: a que procura descobrir a inerência das significações no *ser*; esta inerência deve ser descoberta na operação de individuação.

Assim, um estudo da individuação pode tender para uma reforma das noções filosóficas fundamentais, pois é possível considerar a individuação como aquilo que, do ser, deve ser conhecido em primeiro lugar. Antes mesmo de perguntar por que é ou não legítimo fundar julgamentos sobre os seres, devemos considerar que o ser se diz em dois sentidos: em um primeiro sentido, fundamental, o ser é enquanto é; mas em um segundo sentido, sempre sobreposto ao primeiro na teoria lógica, o ser é o ser enquanto individuado. Se fosse verdade que a lógica só funda as enunciações relativas ao ser após a individuação, uma teoria do ser anterior a toda lógica deveria ser instituída; essa teoria poderia servir de fundamento para a lógica, porque, de antemão, nada prova que o ser seja individuado de uma única maneira possível; se existissem diversos tipos de individuação, deveriam existir também diversas lógicas, cada uma correspondente a um tipo definido de individuação. A classificação das ontogêneses permitiria *pluralizar a lógica* com um fundamento válido de pluralidade. Quanto à axiomatização do conhecimento do ser pré-individual, ela não pode estar contida em uma lógica prévia, pois nenhuma norma, nenhum sistema destacado de seu conteúdo podem ser definidos: só a individuação do pensamento pode, ao se realizar, acompanhar a individuação de seres outros que o pensamento; portanto, não é um conhecimento imediato, nem um conhecimento mediato que

¹⁵ Por consequência, a forma aparece da mesma maneira que a comunicação ativa – a ressonância interna que opera a individuação: ela aparece com o indivíduo.

podemos ter da individuação, mas um conhecimento que é uma operação paralela à operação conhecida; não podemos, no sentido habitual do termo, *conhecer a individuação*; podemos unicamente individuar, individuar-nos e individuar em nós; logo, esta apreensão à margem do conhecimento propriamente dito é uma analogia entre duas operações, o que é um certo modo de comunicação. A individuação do real, exterior ao sujeito, é apreendida pelo sujeito graças à individuação analógica do conhecimento no sujeito; mas a individuação dos seres não sujeitos é apreendida *pela individuação do conhecimento* e não só pelo conhecimento. Os seres podem ser conhecidos mediante o conhecimento do sujeito, mas a individuação dos seres só pode ser apreendida mediante a individuação do conhecimento do sujeito.

Tradução
IVANA MEDEIROS